

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Bolsonaro na sala da Primeira Turma no STF

Bolsonaro e a “tentativa da tentativa”

A história adora uma ironia. Em 2018, o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pôde disputar as eleições presidenciais por um impedimento de uma lei que ele mesmo sancionou: a Lei da Ficha Limpa. O texto tornava inelegíveis políticos que estivessem condenados por tribunais colegiados. A vitória, então, foi de Jair Bolsonaro. Agora, Bolsonaro está prestes a ser

condenado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) também por uma lei que ele sancionou. Tentativa de golpe de Estado só passou a ser crime, com pena de até 12 anos prevista, porque assim determinou Bolsonaro em lei sancionada em 2021. E o crime, conforme o texto sancionado pelo ex-presidente, é tentativa mesmo. Tentou dar golpe de Estado, é crime.

Golpe

A lei tem uma lógica fácil de entender. Não há a menor possibilidade de se julgar e condenar alguém por um golpe de Estado que tenha tido sucesso. Golpe abolem, pelo menos por um período, o Estado Democrático de Direito. Essa é a natureza deles.

Confissões

Assim, na visão de um advogado que acompanha o processo de perto, é incrível como a todo momento há, no caso de Bolsonaro e dos demais, confissões do que foi cometido. Nas alegações finais, a defesa do ex-presidente afirma que o que existe é um “brainstorm”.

Joedson Alves/Agência Brasil



8 de janeiro: a busca pela tempestade perfeita

“Ideias” desde anular eleições até matar presidente

O problema é que essas “meras ideias” foram desde de anular as eleições de 2022, que deram a vitória a Lula até um plano de assassiná-lo, juntamente com o vice-presidente Geraldo Alckmin e o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes. Meras conjecturas, dizem as defesas dos en-

volvidos. Mas essa é justamente a questão que a Primeira Turma do STF irá julgar. Em que momento se deve começar a levar a sério esse tipo de conjectura? Esse tipo de conjectura deve passar pela cabeça de quem respeita a democracia e o Estado de Direito? Quando uma tentativa de golpe se inicia e precisa ser tolhida?

Ensaios

Na acusação e nas suas alegações finais, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, muito bem detalha como foram feitos os ensaios para tentar a tempestade perfeita do golpe de Estado. Se tal tempestade perfeita não houve, a sociedade deve agradecer.

Violência

Então, aconteceram os acampamentos em frente aos quartéis. E os atos violentos que visavam levar à decretação de uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e uma intervenção militar. Primeiro, na diplomação de Lula pelo TSE no dia 12 de dezembro de 2022.

Contestação

Desde sua própria eleição, Bolsonaro tratou de contestar o sistema eletrônico de votação. Criando condições de contestar um cenário eleitoral que lhe fosse desfavorável. Curioso é que, ao final, o PL contestou a eleição presidencial, mas não as que vencera.

Atentado

Depois, na tentativa de atentado a bomba em frente ao Aeroporto na véspera do Natal. Finalmente, na invasão e depredação dos prédios da República no 8 de janeiro. Lula chegou a cogitar a GLO. Foi por outro caminho: a intervenção na Segurança Pública do DF.

Entenda próximos passos de julgamento de Bolsonaro

Ao Correio, analistas avaliam expectativas e reações do Congresso

Valter Campanato/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Após todos os advogados de defesa dos oito réus do núcleo principal do plano de tentativa de golpe de Estado encaminharem ao Supremo Tribunal Federal (STF) as alegações finais do caso, resta aguardar a continuidade do julgamento na Primeira Turma da Suprema Corte, prevista para ocorrer em setembro. Um dia após a entrega dos documentos, o ministro-relator do caso Alexandre de Moraes solicitou, nesta quinta-feira (14), ao ministro Cristiano Zanin (que preside o colegiado) para agendar o julgamento dos réus. Dentre os acusados está o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Confira os próximos passos do julgamento na Suprema Corte.

Finalizada as entregas de todas as alegações finais dos réus, o relator irá lê-las e analisará se é preciso sanar alguma dúvida aos advogados. Não sendo necessário, será agendada a data do julgamento, onde será apresentado o relatório de Alexandre de Moraes, que definirá se julga os réus culpados ou inocentes. Em seguida ocorrerá a sustentação oral, em que acusação e defesa poderão expor seus argumentos perante a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. Após essa etapa, os demais ministros da Turma terão prazo para analisar o relatório e votar.

O julgamento final ocorrerá todo na Primeira Turma do Supremo. “O julgamento pelo plenário somente pode acontecer após o trânsito em julgado da sentença pela Primeira Turma e o eventual pedido de recurso pelos advogados de defesa. Sendo aceitos por alguma questão constitu-



Analista avalia que Bolsonaro não deve cumprir pena completa se for condenado

cional, o julgamento é realizado pelo plenário do Supremo Tribunal Federal”, detalhou ao Correio da Manhã o advogado criminalista Antônio Gonçalves.

O criminalista ainda avaliou que, com base nos julgamentos anteriores referente aos atos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro no colegiado, a tendência é que os réus sejam considerados culpados, com uma dosimetria que pode ultrapassar 40 anos de reclusão, somadas todas as acusações. “Mas não significa que [Bolsonaro] vai cumprir os 40 anos, também não significa que ele fique na penitenciária, porque em decorrência dele ter acima de 70 anos, ele tem benefícios pela lei processual penal. Então a tendência é que ele requeira uma prisão domiciliar. Também pode ter redução da pena, seja por estudos

ou por trabalhos, já que a cada três dias trabalhados, se tem um dia a menos de pena. Então, não é uma tendência que ele fique preso todo esse período”, explicou Gonçalves.

Congresso

Enquanto se aguarda a decisão do STF, o julgamento e a eventual condenação dos réus resultará em uma forte repercussão nos demais poderes, especialmente no poder Legislativo para apoiadores de Jair Bolsonaro. Após Moraes decretar a prisão domiciliar de Bolsonaro por descumprimento de medida cautelar, parlamentares da oposição obstruíram as Mesas Diretoras do Congresso Nacional e seguiram em um revezamento de obstrução durante dois dias intensos de negociação até liberarem os plenários.

Questionada pela reportagem, a consultora de Análise Política

na BMJ Consultores Associados Raquel Alves explicou que a expectativa é que o grupo de parlamentares bolsionistas insistam nas pautas do chamado “pacote de paz” — que abrange a anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim do foro privilegiado e o impeachment de Alexandre de Moraes. Contudo, devido à atual forte repercussão interna no Legislativo na pauta de combate a adultização de crianças e adolescentes, deve realizar um recuo “temporário e estratégico”, de forma que não fique tão “midiática”. “Mas ações de obstrução devem ser retomadas tão logo a agenda da adultização seja superada e tão logo o julgamento do ex-presidente avance no STF”, completou a analista.

Lula defende funcionários do Ministério da Saúde

Foto: Ricardo Stuckert / PR

Por Karoline Cavalcante

Após o governo dos Estados Unidos anunciar a revogação dos vistos de dois funcionários do Ministério da Saúde do Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu em defesa dos atingidos. Nesta quinta-feira (14), durante cerimônia de inauguração da Fábrica de Hemoderivados da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) — que produzirá medicamentos essenciais ao Sistema Único de Saúde (SUS) — na cidade de Goiânia (PE), o chefe do Palácio do Planalto afirmou que isso não deve ser uma razão de se preocupar. “O mundo é muito grande”, declarou.

“Não fique preocupado com o visto dos Estados Unidos. O mundo é muito grande. O Brasil tem 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Você tem lugar para andar no Brasil para caramba. Não se importe. O importante é eles saberem que a nossa relação com Cuba é uma relação de respeito a um povo que está sendo vítima de um bloqueio há 70 anos. Hoje estão passando necessidade num bloqueio que não há nenhuma razão”, disse o petista, direcionando o conselho a Mozart Sales e Alberto Kleiman — que estiveram envolvidos no programa Mais Médicos.

A medida, divulgada pelo Departamento de Estado dos EUA na quarta-feira (13), também afetou ex-integrantes da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Ela foi justificada pelo governo norte-americano como uma forma de penalizar a



‘Mundo é muito grande’, diz Lula após EUA revogar vistos

colaboração com Cuba. Segundo a Casa Branca, o programa foi um “esquema coercitivo” que teria beneficiado o regime cubano, acusando-o de exportar trabalho forçado. Em resposta, tanto os secretários quanto aliados políticos defenderam a iniciativa, destacando seus impactos positivos na saúde pública do Brasil.

Repúdio

“O Programa Mais Médicos pelo Brasil é uma iniciativa primordial do Governo Federal para garantir o necessário atendimento de saúde a milhões de brasileiras e brasileiros em todas as regiões do país. Essa sanção injusta não tira minha certeza de que o Mais Médicos é um programa que defende a vida e representa a essência do SUS, o

maior sistema público de saúde do mundo — universal, integral e gratuito”, defendeu Mozart.

Além disso, Sales destacou que, ao longo dos anos, o programa teve uma taxa de aprovação de 87%, em menção à pesquisa Datafolha de 2013. Ele também enfatizou a relevância do Mais Médicos para a estrutura do SUS, considerando-o uma das iniciativas mais significativas para a saúde pública no Brasil.

O ministro da Saúde Alexandre Padilha se posicionou de maneira firme contra a revogação dos vistos e reiterou o apoio ao programa. Em uma postagem nas redes sociais, Padilha afirmou que o Mais Médicos “sobreviverá aos ataques injustificáveis”. Ele comparou a resistência do programa à resiliência do sistema de pagamento

do brasileiro, o Pix, que também já enfrentou críticas do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano). “O programa salva vidas e é aprovado por quem mais importa: a população brasileira”, afirmou.

“Não nos curvaremos a quem persegue as vacinas, os pesquisadores, a ciência. Nesse Governo atual, em dois anos, dobramos a quantidade de médicos no Mais Médicos. Temos muito orgulho de todo esse legado que leva atendimento médico para milhões de brasileiros que antes não tinham acesso à saúde”, prosseguiu o ministro.

Também em reação, o prefeito do Recife, João Campos (PSB), que já discutiu uma possível candidatura de Mozart a vice-prefeito nas eleições de 2024, prestou seu apoio ao secretário, destacando seu compromisso com a saúde pública e sua trajetória profissional. O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) também se manifestou, chamando Mozart de “orgulho nacional” e expressando sua solidariedade. A secretária de Informação e Saúde Digital, Ana Estrela Haddad, lembrou que Mozart tem uma carreira pautada por um “compromisso profundo com a saúde e com um Brasil mais justo e soberano”.

Mais Médicos

Criado em 2013 no governo de Dilma Rousseff (PT), o Mais Médicos levou médicos cubanos a regiões remotas do Brasil, muitas vezes de difícil acesso e carentes de profissionais de saúde. O objetivo era ampliar o atendimento médico e melhorar a qualidade da saúde básica no país.